



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE


Processo: 0031191312020817200

ARUANA SEGUROS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IGOR FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada perícia a qual apurou lesão no pé direito com repercussão leve (25%), efetuando o pagamento no valor de R\$1.687,50:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA			 <small>Administradora do Seguro DPVAT</small>	
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3200000650	Cidade: Caruaru	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: IGOR FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	Data do acidente: 13/01/2019	Seguradora: UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA		
PARECER				
Diagnóstico: FRATURA DA BASE DO 2º, 3º E 5º METATARSOS DIREITOS. LUXAÇÃO DO 4º METATARSO DIREITO. Descrição do exame físico: AO EXAME APRESENTA SINAIS DE CONSOLIDAÇÃO VICIOSA EM FACE LATERAL E DORSAL DO PÉ DIREITO COM EDEMA EM REGIÃO DORSAL E ENCURTAMENTO DO 5º RAIOS DIREITO EM 8 MM E ABAULAMENTO EM REGIÃO DORSAL. DOR A PALPAÇÃO DA REGIÃO PLANTAR DO 5º METATARSO DIREITO COM DIMINUIÇÃO DA EXTENSÃO DO 5º DEDO DO PÉ DIREITO EM 20º E DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO 5º DEDO DO PÉ DIREITO EM 25º. Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 13/01/2019 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DOS OSSOS DO PÉ DIREITO. FOI OPTADO POR TRATAMENTO CIRÚRGICO, PORÉM, APÓS 28 DIAS DE ESPERA NÃO FOI MAIS POSSÍVEL INDICAR TAL PROCEDIMENTO OPTANDO-SE ENTÃO POR TRATAMENTO COM USO DE IMOBILIZAÇÃO TIPO BOTA GESSADA POR 22 DIAS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA. Sequelas permanentes: Limitação funcional do pé direito Sequelas: Com sequela Data do exame físico: 20/01/2020 Conduta mantida: Observações:				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos pés	50 %	Em grau leve - 25 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando as mesmas lesões antes detectadas pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão pé direito com repercussão média (50%).

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 7 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE